

NARRATIVA E REPRESENTAÇÃO NA FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE FRANK ANKERSMIT

John Andrew Gomes de Paula¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar a narrativa e o lugar ocupado por ela na produção do conhecimento histórico. Para tal, o estudo realizado baseou-se nas noções de narrativa, representação e epistemologia da história, presentes na filosofia da história de Frank Ankersmit. A discussão apresenta-se em três momentos distintos: no primeiro momento, a partir das reflexões epistemológicas de Ankersmit, investiga-se a narrativa histórica enquanto uma proposta capaz de intervir na relação entre realidade e linguagem. Em seguida, trabalha-se com a teoria da representação histórica elaborada pelo autor e discute-se a função representacional da narrativa na produção do conhecimento histórico. Por fim, conclui-se o artigo através de uma breve síntese do que foi apresentado nas seções um e dois, evidenciando a relação entre narrativa e representação, e apresentando uma concepção de conhecimento histórico que conjugue ambas.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativa. Representação. Conhecimento histórico. Filosofia da história. Frank Ankersmit.

ABSTRACT: This article aims to analyze the narrative and its place in the production of historical knowledge. To this end, the study was based on the notions of narrative, representation and epistemology of history, present in Frank Ankersmit's philosophy of history. The discussion presents itself in three distinct moments: in the first moment, from Ankersmit's epistemological reflections, the historical narrative is investigated as a proposal capable of intervening in the relationship between reality and language. Then, we work with the theory of historical representation elaborated by the author and discuss the representational function of narrative in the production of historical knowledge. Finally, the article concludes through a brief synthesis of what was presented in sections one and two, highlighting the relationship between narrative and representation, and presenting a conception of historical knowledge that combines both.

KEYWORDS: Narrative. Representation. Historical knowledge. Philosophy of history. Frank Ankersmit.

¹ Licenciado em História. Mestrando em Filosofia na UFPR. johnendreww@hotmail.com

Introdução

O termo história, por si só, é um termo polissêmico, dificultando, muitas vezes, uma compreensão imediata do que exatamente se está querendo dizer com ele. Em contrapartida, quando se fala em conhecimento histórico, a definição do objeto que se investiga, assim como da trajetória que se pretende percorrer, passa a ser mais clara.

Recorda-se, então, a distinção feita por Hegel entre história *res gestae* e história *rerum gestarum*, segundo a qual, a primeira seria a realidade passada que denomina-se comumente como história, enquanto a segunda seria o conhecimento histórico que se produz sobre esse passado, ou também, “a história que podemos narrar sobre o passado” (ANKERSMIT, 2012, p. 17). Sendo assim, a investigação apresentada no presente artigo, se ocupa da história *rerum gestarum* e estuda a história enquanto um tipo de conhecimento vinculado, sobretudo, ao saber produzido por historiadores e pesquisadores ligados ao âmbito da história.

A concepção de uma historiografia profissionalizada compartilhada atualmente pela maioria dos historiadores, delimitando a historiografia como a escrita da história orientada por princípios científicos e baseada em métodos, é uma concepção que consolidou-se ao longo do século XIX, com o Historicismo alemão e a escola Metódica francesa, e buscou distanciar-se da filosofia, esforço que permeou também os *Annales* e particularmente seu diálogo com as Ciências Sociais, no início do século XX.

A tentativa dos *Annales*, ao longo da primeira metade do século XX, em aprimorar a história científica afastando-a da narrativa e do acontecimento, na prática não gerou uma separação efetiva entre narrativa e historiografia. Embora existam autores que se refiram a um esquecimento da narrativa, como é o caso de Lawrence Stone (1979), e outros que prefiram falar em um eclipse narrativo, opinião sustentada por Paul Ricoeur (1983), o fato é que não houve um rompimento explícito entre historiografia e narrativa, na primeira metade do século XX. Como questiona muito bem François Hartog: “É suficiente, pois, recusar o acontecimento e o indivíduo para escapar à narrativa?” (1998, p.195), e conclui mais adiante no mesmo ensaio: “Renunciar à história-narrativa, quer dizer, à história *événementielle* era deixar de lado não a narrativa, mas simplesmente uma forma particular de narrativa” (1998, p. 200, grifo do autor).

A história-problema apresentada pelos *Annales*, jamais deixou de ser uma história narrativa; tratou-se, na verdade, de outro tipo de narrativa, como Paul Ricoeur identifica ao analisar o trabalho de Braudel sobre o Mediterrâneo e sua construção narrativa em parte de seu livro *Tempo e narrativa*

(1983). Ou seja, só pode-se falar em um abandono da narrativa nesse período, se a narrativa for concebida como objeto de reflexão teórica e não como forma de escrita.

Enquanto a primeira metade do século XX foi marcada por um predomínio da influência dos *Annales*, assim como das Ciências Sociais, em contrapartida, a historiografia produzida a partir da segunda metade do século XX sofreu grande influência do *linguistic turn* que, ao repensar as relações entre conhecimento, verdade e linguagem, influenciou profundamente a produção do conhecimento dentro das humanidades, inclusive, dentro da história.

O *linguistic turn* pode ser caracterizado como um movimento que teve início no começo do século XX, ganhou maior expressividade a partir da década de 1960 e se desenvolveu, principalmente, a partir da filosofia da linguagem, demonstrando às diversas áreas do conhecimento, como é o caso da história, que a linguagem não poderia mais ser considerada um meio transparente entre sujeito (isto é, historiador) e objeto (isto é, passado) e que caberia a epistemologia investigar a função conciliadora ou não e, em alguns, construtora desempenhada pela linguagem, na produção do conhecimento (histórico).

Os desdobramentos do *linguistic turn* e dos problemas relacionados à opacidade da linguagem atingiram vários departamentos de história nas décadas de 1960/70 e foram impulsionados, sobretudo, pela filosofia analítica anglo-saxônica, pela hermenêutica e pelas teorias estruturalista e pós-estruturalista.

O campo historiográfico que se conciliava com as Ciências Sociais, buscando desenvolver seus próprios métodos e se estabelecer enquanto ciência, a partir da metade do século XX e dos diálogos com a filosofia analítica, com a hermenêutica e com o pós-estruturalismo, se reaproximava das discussões filosóficas.

A reaproximação entre história e filosofia, e os debates retomados no campo teórico da história a partir do que desenvolvia-se na epistemologia e na filosofia da linguagem pelas linhas de pensamento acima citadas, tiveram impacto, sobretudo, nas investigações acerca do conhecimento histórico e de como as discussões em torno da linguagem e da narrativa formulavam novas questões a respeito dos limites desse conhecimento.

Apesar da vasta produção sobre a narrativa e a escrita da história que se desenvolveu a partir desse contexto, pouco consenso foi obtido e esclarecer o lugar ocupado pela linguagem (isto é, a narrativa) na produção do conhecimento histórico ainda é um anseio ao qual se dedicam muitos teóricos e filósofos da história.

Diante disso, o presente artigo busca identificar, a partir da filosofia da história de Frank Ankersmit, o lugar ocupado pela narrativa na produção do conhecimento histórico. Investiga-se, conjuntamente, como o conceito de representação pode esclarecer o funcionamento da narrativa dentro da epistemologia histórica, ou seja, como a representação pode esclarecer o entendimento a respeito da narrativa e de sua relação com o conhecimento histórico.

Para fins de esclarecimento ressalta-se que, embora muitas vezes as noções de linguagem e narrativa apareçam sobrepostas no presente artigo, ele não tem por objetivo defender que ambas sejam sinônimas, pelo contrário. O intuito é apenas acompanhar o raciocínio desenvolvido pelo próprio autor em questão, Frank Ankersmit, e realizar a aproximação entre linguagem e narrativa partindo da hipótese de que a narrativa pode ser compreendida enquanto a manifestação linguística presente na escrita da história, mas se reconhece que essa não é a única possibilidade de compreender a relação entre ambas e que a narrativa não se manifesta apenas linguisticamente.

1. Frank Ankersmit: filosofia da história e narrativismo

Franklin Rudolf Ankersmit nasceu em 20 de março de 1945, em Deventer, Holanda. Iniciou seus estudos na área das ciências exatas e só mais tarde (por volta do final dos anos 1960 e inícios dos 1970) passou a estudar história e filosofia, tendo concluído seu doutorado em filosofia em 1981, na Universidade de Groningen. Em 1986 tornou-se membro da Academia Real de Ciências da Holanda e é coeditor da *Revista de Filosofia da História*, desde 2007. A partir de 1992 passou a ocupar a cadeira de História Intelectual e Teoria da História e Historiografia na mesma universidade em que se formara. Sua pesquisa foi e ainda é influenciada pelos trabalhos de Hayden White (1928-2018), conforme reconhecido pelo próprio autor, seus primeiros trabalhos foram dedicados a filosofia lógica de Leibniz, e suas produções posteriores foram influenciadas por Richard Rorty (1931-2007), Arthur Danto (1924-2013) e, de certa forma, por grande parte da filosofia da linguagem e do narrativismo produzidos no século XX. Atualmente Ankersmit está aposentado, porém continua desenvolvendo pesquisa na área da filosofia da história.

De acordo com Ankersmit, a filosofia da história passou por três principais fases no período pós-guerra, responsáveis por moldar e preparar o momento em que o debate sobre a filosofia da história alcançou no século XXI, tendo como maior foco os problemas referentes a historiografia e a narrativa histórica.

Em primeiro lugar, as discussões sobre o caráter científico da história estiveram associadas ao modelo de “leis de cobertura” de Carl Hempel, e as tentativas foram de estipular leis para a

produção ou explicação da história e, em alguns casos, admitida a impossibilidade de tais leis na história, de averiguar a que tipo de ciência ou conhecimento a história se assemelhava (ANKERSMIT, 2012, p. 18).

Abandonado o modelo de leis de cobertura, foi a vez da hermenêutica entrar em cena e propor uma análise muito mais condizente com o perfil do conhecimento histórico, ainda que, até mesmo grandes nomes da filosofia hermenêutica, como é o caso de Hans-Georg Gadamer e suas contribuições tanto à história quanto às humanidades em si, não tenham resultado numa saída e superação completa do modelo de leis de cobertura (ANKERSMIT, 2012, p. 18-20).

Por fim, Ankersmit destaca que a terceira fase foi inaugurada por Hayden White, importante teórico da história da década de 1970, propagador da virada linguística no âmbito da filosofia da história e o responsável por adensar essa discussão com elementos trazidos da teoria literária. Diferentemente dos defensores do modelo de leis de cobertura e dos hermeneutas, que preocupavam-se apenas com o nível das explicações históricas, Hayden White tornou os teóricos da história cientes da importância do texto histórico como um todo para se compreender a escrita do historiador. (ANKERSMIT, 2012, p. 20-21). Todavia,

Devemos notar que a teoria da história de White, tal como desenvolvida em seu livro, focaliza exclusivamente o nível do texto histórico, ou seja, ela não deixa espaço para uma análise da relação entre a escrita da história e aquela parte do passado em si que está exposta no texto (ANKERSMIT, 2012, p. 22).

E esse é, justamente, um ponto central na filosofia da história de Ankersmit, sucessor dessas três fases da filosofia da história e das indagações abertas, principalmente, por Hayden White. Ainda que os estudos sobre a linguagem não tenham sido esgotados e possam oferecer novas questões sobre o processo de produção (ou sistematização) do conhecimento histórico, o autor julga essencial pensar uma teoria da história para além da virada linguística e da teoria literária.

1.1. A narrativa histórica como organizadora de conhecimento

Ankersmit deixa claro que mesmo ao tratar da narrativa e da historiografia, a teoria da história tem um compromisso com um passado que transcende meramente o que é textual, entretanto sua postura não implica na defesa de uma noção de história ingênua, que se considere capaz de reconstruir o passado exatamente como ele foi. Pois, se por um lado o autor sugere que não se esqueça da existência da dimensão empírica do passado, que não pode ser resumido apenas à linguagem, por outro recomenda que se abandone a noção de história como ciência, pois só assim seria possível compreender de fato a natureza do conhecimento histórico.

Uma vez que para uma determinada área do conhecimento ser considerada ciência, é condição que ela fale de leis ou então de objetos gerais, definir a história enquanto ciência teria como primeira pressuposição considerar a neutralidade da linguagem, e tal neutralidade Hayden White e seus contemporâneos já haviam contestado no início da década de 1970. Conforme Ankersmit:

Para a descoberta de leis gerais, requer-se que as declarações que as descrevem sejam *intersubjetivamente* aceitáveis, e isto não apenas para *mim*, mas também para você e *qualquer outro*. Em outras palavras, a declaração geral requer um sujeito geral, ou um sujeito do conhecimento intercambiável. [...] Este paralelismo entre o estado geral de coisas por um lado, que é conhecido por um sujeito do conhecimento geral e intercambiável por outro, implica a transparência da linguagem. Entrelaçados entre o estado geral de coisas descrito pela declaração geral por um lado, e o sujeito do conhecimento geral por outro, os significados gerais das palavras da linguagem permanecem fixos, e a linguagem não tem a chance de ser criativa ou imaginativa (ANKERSMIT, 2012, p. 39-40, grifos do autor).

Abandonar a noção de história enquanto ciência e de que sua formulação se dê através de declarações gerais, não implicaria apenas reconhecer a opacidade da linguagem, mas também negar a ideia de que cabe à história produzir conhecimento. Por outro lado, o autor entende que o papel da história é o de organizar o conhecimento. (ANKERSMIT, 2012, p.38-41).

Ao abordar a natureza das declarações gerais características do conhecimento científico, o interesse de Ankersmit não é demonstrar o contraste entre declarações gerais e declarações singulares, mas a diferença entre a declaração geral e a narrativa histórica. Observando tanto a declaração geral quanto a narrativa, percebe-se que ambas são compostas por declarações singulares; todavia, o papel desempenhado pelas últimas em cada tipo de discurso é determinante para suas respectivas definições. Enquanto a declaração geral é uma generalização de uma declaração singular e, por outro lado, apenas uma declaração singular já é capaz de individualizar a declaração geral, a narrativa é composta por várias declarações singulares distintas, mas finitas, que só conseguem dar individualidade a uma narrativa histórica se consideradas no seu conjunto (ANKERSMIT, 2012, p. 41-42).

A distinção entre narrativa histórica e declaração geral pode ser visualizada mais claramente através da comparação entre as seguintes declarações: um copo deixado em suspenso cai em direção ao chão; Atenas foi uma cidade-Estado.

A primeira declaração singular diz respeito a um fenômeno físico, e normalmente é usada no âmbito da ciência. A segunda declaração, também singular, diz respeito a um fenômeno histórico e normalmente é estudada nas humanidades. Todavia, a principal diferença entre ambas é que a declaração singular, "um copo deixado em suspenso cai em direção ao chão", já é o suficiente para

formular a declaração geral, “todo e qualquer copo no mundo deixado em suspenso cairá em direção ao chão” (o que não à toa conhece-se como “lei” da gravidade), enquanto a declaração “Atenas foi uma cidade-Estado” é apenas uma das diversas declarações singulares que normalmente se encontra numa narrativa sobre Atenas (ou sobre cidades-Estado), e dela não se pode concluir que Atenas sempre foi e será uma cidade-Estado, e nem que toda cidade-Estado é obrigatoriamente Atenas. Por outro lado, declarações singulares como “fez parte da Grécia Antiga”, “desenvolveu a democracia” e “participou da Guerra do Peloponeso”, são todos exemplos de outras declarações singulares que poderiam construir uma narrativa histórica **singular** sobre Atenas.

Sendo assim,

A declaração geral é uma generalização de uma declaração singular e pode ser obtida por meio de operação formal simples. A relação entre as declarações geral e singular é de tipo formal e dedutivo. A declaração singular individualiza a declaração geral. Mas a narrativa histórica, consistindo em um largo número de declarações singulares diferentes, apenas pode ser individualizada tomando cada uma delas em conta. O número de declarações singulares, tacitamente referido pela declaração geral, é infinito, e ainda apenas uma é suficiente para definir a declaração geral e vice-versa. Contudo, o número de declarações singulares contidos junto à narrativa histórica é finito, e todos eles devem ser considerados a fim de individualizar a narrativa histórica específica contada pelo historiador (ANKERSMIT, 2012, p. 42).

Conforme afirma o autor, é justamente o fato de a história exigir um sujeito individual ao invés de um intercambiável sujeito do conhecimento, como a ciência, que proporciona à historiografia o caráter de nunca ser um texto fechado, e sendo esse um reflexo da própria linguagem irremediável da qual o historiador faz uso, não deveria ser visto como um problema à produção histórica.

Haverá uma disparidade sistemática entre o que um historiador diz ou pensa sobre esta realidade e as opiniões de outros historiadores a ela concernentes. Cada tentativa de definir (parte da) realidade histórica pode satisfazer alguns historiadores, mas nunca todos eles. Em outras palavras, o *link* entre linguagem (i.e. narrativa) e realidade não pode ser fixado de uma maneira aceitável a todos os historiadores, tornando-se, assim, o conhecimento de um sujeito do conhecimento generalizado (ANKERSMIT, 2012, p. 43, grifos do autor).

As constantes interpretações e reinterpretções de conceitos históricos são um exemplo claro de que o elo entre narrativa e passado nunca alcança uma forma satisfatória a todos os historiadores.

Tudo isso pode ser ilustrado por meio de conceitos históricos típicos como a *Renascença* ou a *Guerra Fria*. Como apontei em outro lugar, tais conceitos não se referem à realidade histórica em si, mas a interpretações narrativas do passado. O termo a *Renascença* refere-se a uma interpretação narrativa e não à realidade histórica, ainda que as declarações contidas na narrativa do historiador o façam. Dessa forma, não é de se surpreender que conotações de termos como a *Renascença* estejam sujeitas a contínua reformulação (ANKERSMIT, 2012, p. 43, grifos do autor).

1.2. A ciência formula leis, a história faz propostas

Pois bem, se os conceitos históricos não se referem ao passado em si, mas a uma interpretação narrativa dele, não estaríamos presos no cárcere da linguagem (do qual o autor insiste ser necessário se libertar)? Para que seja possível afastar-se do determinismo linguístico, Ankersmit convida o leitor a pensar a partir da teoria construtivista da história.

De acordo com a teoria construtivista, uma vez que o passado se faz ausente, ao historiador resta apenas alguns vestígios deste passado, portanto seu trabalho com base nestes vestígios será de construção, e não de reconstrução, de uma realidade passada. Sendo assim, a teoria construtivista da história estaria em consonância com as proposições narrativistas e concederia certa autonomia à historiografia com relação à realidade passada (ANKERSMIT, 2012, p. 46-47).

Abandonada a ideia de que exista uma equivalência entre a narrativa e o passado em si, “podemos dizer que cada narrativa histórica é uma tentativa ou proposta de definição, em um caso específico, a correspondência entre linguagem e realidade histórica” (ANKERSMIT, 2012, p. 49). Ou seja, o trabalho do historiador seria o de “organizar” o conhecimento sobre o passado, com o intuito de propor ao leitor, segundo as declarações singulares escolhidas por ele, de que maneira o passado poderia ser visto para ser melhor compreendido ou compreendido através de outra perspectiva (ANKERSMIT, 2012, p. 50-51).

Quando um historiador constrói sua narrativa, ele seleciona aquelas declarações que pensa serem melhores guias para um entendimento do passado. Ele acredita que sua seleção seja a melhor proposta de como o passado deveria ser visto. Sendo propostas, as narrativas históricas não transmitem conhecimento cognitivo (embora as declarações que elas contêm tenham esta capacidade). Não importa quão boa seja minha razão para sugerir uma proposta a você, minha proposta é um convite para que você faça alguma coisa e não a afirmação de que algo é o caso. Propostas não são nem verdadeiras, nem falsas; elas não afirmam que a realidade é igual (embora a natureza da realidade vá influenciar, ou mesmo determinar) ao conteúdo de nossas propostas. Estas propostas são, essencialmente, meios de *demonstração* da realidade histórica. *Demonstrações e propostas* são ambas o meio-termo entre ser baseado no conhecimento e ter ou obter conhecimento. Ambas são mais compreensivas que o conhecimento: demonstrando (o passado) e sugerindo uma proposta (de como o passado deveria ser visto) formam uma estrada para o conhecimento do passado e uma indicativa de como lidar com ele (ANKERSMIT, 2012, p. 50-51, grifos do autor).

Reconhecer o caráter propositivo da historiografia não a reduz a um mero instrumento para obtenção do conhecimento do passado, mas serve para recordar que se uma narrativa histórica fosse considerada a única forma de olhar para o passado, ela deixaria de ser uma proposta e passaria a ser uma lei. E não é essencial à história que formule leis. Por outro lado, se uma narrativa histórica

for aceita como uma proposta, ela sempre estará sujeita à discussão racional sobre seu conteúdo (ANKERSMIT, 2012, p. 51-52).

Novamente, se a historiografia não se refere ao passado propriamente dito e se pode ser discutida racionalmente, de que modo a interpretação de Ankersmit não se basearia em uma análise meramente linguística? Como a narrativa permitiria tal discussão racional?

Para tal, seguindo a linha de raciocínio do autor, deve-se assumir que a narrativa histórica é composta por declarações. Quando se qualifica uma narrativa histórica, isso também é feito através de declarações; no entanto, as declarações que formam a narrativa e as que são usadas para se referir a ela nunca se cruzam. Pode-se falar sobre uma narrativa qualquer, mas a narrativa nunca aparecerá nas declarações que são feitas sobre ela mesma (ANKERSMIT, 2012, p. 53).

Deste ponto de vista, narrativas históricas são similares às coisas extralinguísticas que conhecemos da vida cotidiana, como cadeiras e casas. Se falarmos sobre uma cadeira ou uma casa, as palavras usadas para denotar tais coisas aparecerão em nossa linguagem, mas nunca aquelas coisas em si mesmas. Parece razoável definir as *coisas* como aquelas entidades sobre as quais podemos falar sem que estas nunca tenham feito parte da linguagem. [...] se aceitamos a definição dada há um momento atrás, as narrativas históricas são coisas, como cadeiras ou casas. Este é um resultado interessante à medida que ele indica que, aparte da linguagem e das coisas – ordinariamente reconhecidas como sendo as únicas categorias – há ainda uma terceira categoria que combina características de cada uma das anteriores (ANKERSMIT, 2012, p. 53, grifo do autor).

As três categorias mencionadas pelo autor podem ser representadas pelo seguinte esquema:

I. Propostas narrativas	II. Linguagem
	III. Realidade

(ANKERSMIT, 2012, p. 54)

De acordo com o esquema, as propostas narrativas funcionariam como um meio-termo, nas quais nunca se faz presente o passado em si mesmo e, ao mesmo tempo, não se pode falar de uma redução da narrativa somente à linguagem. Ocorre, na verdade, que as propostas narrativas “usam” a linguagem para se referir ao passado (ou sendo mais específico, para representá-lo), mas não pertencem a essa linguagem específica que estão usando (ANKERSMIT, 2012, p. 54).

Em alguns casos, pode ocorrer de uma proposta narrativa ser elevada à condição de proposta mais plausível ao se falar sobre o passado, “tornando-se, então, uma regra concernente em como a realidade deve ser vista e, portanto, de como a linguagem deve estar conectada com a realidade” (ANKERSMIT, 2012, p. 54), e assim deixando de ser uma proposta. O conceito de Guerra Fria fornece uma visão mais clara sobre isso:

[...] a expressão *guerra fria* refere-se, assim, à certa interpretação da história política desde, digamos, 1944 a 1960 (cá estou eu ignorando as diferenças entre as interpretações individuais propostas por historiadores do período). Embora a referência seja feita ao passado, nas declarações contidas em tal interpretação narrativa, a expressão a *guerra fria* se remete a tal interpretação e não ao passado em si mesmo. Ademais, suponhamos que por um longo tempo todos os historiadores estiveram de acordo que esta proposta de como o passado deveria ser visto é razoável. Em tal situação, a questão de se realmente houve ou não uma Guerra Fria terá se tornado igualmente boba, tal como a questão de se realmente houve um indivíduo chamado Harry Truman que foi presidente dos Estados Unidos. Uma proposta universalmente acordada foi engessada em um fenômeno histórico o qual é parte do passado em si mesmo (ANKERSMIT, 2012, p. 54-55, grifos do autor).

Logo, noções como Guerra Fria, Revolução Francesa e outras que aparecem com frequência nas narrativas dos historiadores, impedem que se faça uma distinção clara entre o que é linguagem e o que é realidade nessas propostas (ANKERSMIT, 2012, p. 55). Isso demonstra que

Foucault (1973) estava certo quando observou que nosso inventário da realidade pode mudar drasticamente com o tempo, uma vez que a questão acerca de que coisas a realidade contém está sujeita ao debate racional, e esta é uma importante tarefa da filosofia para esclarecer a natureza de tais debates. Que (tipos de) coisas que acreditamos compor o inventário da realidade são sempre resultado de uma interpretação essencialmente histórica da realidade e nunca um mero dado (ANKERSMIT, 2012, p. 55, grifo do autor).

Uma vez que, na história, a linguagem pode ser usada para falar tanto sobre as ações humanas intencionais, como dos resultados não intencionais dessas ações, a linguagem servirá no primeiro caso para descrever o passado, e no segundo, para interpretá-lo. O segundo caso é mais relevante aqui, pois nele a linguagem não se refere ao passado em si, mas a uma dimensão narrativa desse passado. A linguagem interpretativa na história, então, não proporciona “a descoberta de uma nova parte do passado, mas de uma nova dimensão para o uso da linguagem (historiográfica)” (ANKERSMIT, 2012, p. 56, grifo do autor). E a consciência dessa nova dimensão é o que proporciona o debate histórico (ANKERSMIT, 2012, p. 56-57).

Todavia, como o autor recorda, mencionar a ideia de um debate histórico presume que haja meios de argumentar qualitativamente sobre o objeto em discussão e como pode se alegar tal característica nas propostas narrativas se o passado por si só não é capaz de garantir a existência desses meios?

Mais uma vez, Ankersmit convida ao leitor que retome as propostas narrativas enquanto coisas: “É uma propriedade das coisas a de possuir certa unidade e coesão, se uma coisa não possui tais propriedades ela não poderia ser uma coisa, mas um mero agregado” (ANKERSMIT, 2012, p. 57).

Se entende-se as narrativas não apenas enquanto coisas, mas enquanto coisas construídas, logo, cabe ao historiador, e não ao passado, garantir essa coesão e unidade através da narrativa

(ANKERSMIT, 2012, p. 56-57). E se esse é um trabalho do historiador, é o presente que será determinante na maneira com que se olha para o passado. Essa constatação não é uma negação de que o historiador trabalha com vestígios reais do passado; ela apenas indica que, quando se fala em produção de sentido, o sentido que se dá ao passado será fruto de uma narrativa do presente.

Ainda no que diz respeito à unidade e à coerência, é comum que elas sejam buscadas dentro das declarações singulares que compõe uma narrativa; e, de fato, num primeiro momento, analisar as declarações singulares que compõem a narrativa parece a forma mais simples e segura de verificar tal coerência. Porém, uma proposta narrativa, como argumentado anteriormente, só pode ser individualizada se compreendida como um todo. Olhando para a narrativa dessa forma, “devemos, em primeiro lugar, ser capazes de *identificar* a proposta feita na narrativa em questão a qual declara como o passado deveria ser visto” (ANKERSMIT, 2012, p. 59, grifo do autor). E essa identificação só é capaz caso se tenha acesso a outras propostas sobre o mesmo assunto, ou seja,

O nível da unidade e coerência da narrativa é, portanto, um caso relativo: podemos apenas chegar a conclusões concernentes a ele comparando a narrativa em questão com outras sobre o mesmo (ou intimamente relacionado) assunto (ANKERSMIT, 2012, p. 59).

De acordo com o autor, a coerência da narrativa histórica vem de fora. Uma narrativa deve ser analisada em comparação com outras e não por ela mesma segundo princípios formais internos; ou seja, seus princípios formais são externos, e serão determinados por algumas contingências do presente, como por exemplo: a historiografia que já foi produzida sobre o assunto, o lugar de onde esse historiador escreve e o lugar dos outros historiadores que receberão esse texto.

Ankersmit coloca a produção do conhecimento histórico como um problema, acima de tudo, do presente. É o presente que ressignifica o passado através de um consenso obtido pela comparação de várias propostas narrativas, mas o passado por ele mesmo pouco fala. O passado está sempre à procura de um “terapeuta” que saiba quais perguntas devem ser feitas para que seu paciente confidencie todos os seus segredos e anseios.

Vale lembrar também que o intuito do autor é desvencilhar-se de uma compreensão da narrativa historiográfica que seja apenas linguística ou literária e que não problematize a própria relação entre linguagem e realidade, que a tome como dada, pois, para Ankersmit “[...] a teoria literária não problematiza realmente o vácuo linguagem/realidade, uma vez que isto é feito em epistemologia e na filosofia da linguagem em geral” (ANKERSMIT, 2012, p. 110-111).

É importante notar que para a epistemologia de maneira geral, e nesse caso, a epistemologia histórica, problematizar o vácuo entre linguagem e realidade não é apenas concluir que existe um

grande vazio entre ambas que não pode ser ocupado, mas é dizer que esse vácuo pode ser conectado de inúmeras formas.

Para ser mais ilustrativo, pode-se dizer que na teoria literária (ou em áreas em que não se problematiza a linguagem segundo uma abordagem epistemológica) comumente se traça uma linha reta entre linguagem e realidade, enquanto na epistemologia questiona-se desde a possibilidade de se traçar essa linha até a perspectiva de se falar em um ponto médio entre o âmbito da linguagem e o da realidade.

Dessa forma nota-se que dar conta de compreender este “vácuo” entre realidade e linguagem é o assunto do dia nos escritos de Ankersmit. Se

O teorista literário “naturaliza” a linguagem e seu relacionamento com o mundo. Para o filósofo, há realidade, por um lado, e linguagem, por outro, e cruzar o vácuo entre ambas implica cobrir a trajetória na qual todos os tópicos de pesquisa podem ser situados (ANKERSMIT, 2012, p. 111).

Por isso,

a teoria literária é muito menos útil quando temos de lidar com o problema central da teoria histórica, qual seja, o problema de como o historiador conta ou representa a realidade passada. É uma teoria sobre onde deveríamos buscar pelo significado dos textos, mas não sobre como um texto pode representar outra realidade senão a de si mesmo ou sobre o relacionamento entre texto e realidade (ANKERSMIT, 2012, p. 115).

Para Ankersmit, os historiadores devem ser gratos a autores como Hayden White, por ter lhes mostrado a importância da forma para o texto (histórico). Todavia, não devem “levar ao pé da letra” suas análises tropológicas do discurso, uma vez que elas não seriam suficientes para compreender de que modo o texto histórico representa o passado (ANKERSMIT, 2012, p. 119-121).

1.3. A narrativa e o universo narrativista

Ankersmit elenca *Against narrativity* (2008), um ensaio recente do filósofo analítico britânico Galen Strawson (1952-), como guia para se compreender o “universo narrativista”. Para entender o restante de seu argumento é importante que se esteja ciente de duas distinções feitas por Strawson, logo no início de seu ensaio, ao analisar como nós nos experimentamos.

A primeira distinção diz respeito “a experimentação de si mesmo como ‘um todo indistinguível’ [...] e a experimentação de si como ‘uma entidade mental’” (ANKERSMIT, 2012, p. 279), enquanto a segunda distinção seria entre a autoexperiência diacrônica e a autoexperiência episódica.

Com relação a segunda, ainda pode-se dizer que a “Autoexperiência diacrônica’ é narrativista desde que aqui nós nos experimentamos como uma narrativa contínua conectando passado, presente e futuro” (ANKERSMIT, 2012, p. 279-280), enquanto a “autoexperiência episódica’ [...] não envolve sugestão alguma de passado ou futuro” (ANKERSMIT, 2012, p. 280).

De acordo com Strawson, muitos narrativistas defendem a existência de uma relação próxima entre a percepção que temos de nós mesmos e uma certa experiência narrativa do mundo, postura que o autor chama de tese da identidade narrativa (2008 apud ANKERSMIT, 2012, p. 280). No entanto,

[...] Strawson argumenta “que o passado pode estar presente, ou vivo no presente, sem estar presente ou vivo no passado”. Em outras palavras, a impressão de termos uma autoexperiência narrativista diacrônica, resultante de uma inferência errônea sobre o fato de que podemos experimentar parte de nossa vida *como* passado, não significa que nós temos uma experiência *do* passado, porque toda experiência necessariamente ocorre no presente. Então a “autoexperiência episódica” não narrativa é tudo que nos é oferecido; e Strawson conclui que a tese narrativista deve ser falsa (2008, p. 192 apud ANKERSMIT, 2012).

Disposto a concordar com os argumentos de Strawson, mas insatisfeito com sua conclusão, Ankersmit reconhece certa falta em seu pensamento, por discutir a autoexperiência sem tocar nenhuma vez em autoconhecimento. Ainda que toda experiência ocorra no presente, é possível que tenhamos um conhecimento prévio do eu. Logo, “A autoexperiência episódica de Strawson e uma compreensão cognitiva (diacrônica ou narrativista) de si mesmo podem, portanto, muito bem caminhar juntas” (ANKERSMIT, 2012, p. 280).

Tal percepção é útil para resolver um embate antigo entre narrativistas que defendem a autonomia da narrativa frente à vida, concepção defendida por Louis Mink e também por Ankersmit, e narrativistas que alegam existir certa afinidade entre a maneira que compreendemos nossas vidas e uma narrativa, como é o caso de Paul Ricoeur e David Carr (ANKERSMIT, 2012, p. 281-282).

Em tal debate, se, por um lado,

Mink está certo em dizer que nós experimentamos a vida de forma não narrativa. Que o eu da autoexperiência é necessariamente um eu “episódico”, usando a terminologia de Strawson. Mas por sua vez, Carr está certo quando argumenta que esse eu episódico sempre está junto com um eu diacrônico, portanto, um essencial narrativismo contínuo. Mas esse narrativismo contínuo não nos é dado como autoexperiência, mas como autoconhecimento (ANKERSMIT, 2012, p. 282).

Seguindo este raciocínio a narrativa pode ser compreendida como a condição de possibilidade de todo autoconhecimento, ou seja, “a única e exclusiva forma de atingir

autoconhecimento (ANKERSMIT, 2012, p. 282). E aqui cabe uma ressalva, não devem ser confundidos autoconhecimento com conhecimento do eu.

A diferença entre autoconhecimento e conhecimento do eu pode ser entendida se retomada a primeira distinção feita por Strawson entre a experimentação de si como um todo indistinguível e a experimentação de si como uma entidade mental e relacioná-la com a segunda distinção, entre autoexperiência diacrônica e episódica. Nossa experimentação de nós mesmos como um todo indistinguível, poderia equivaler à junção de todas as nossas autoexperiências episódicas, ao passo que a experimentação como uma entidade mental seria nossa autoexperiência diacrônica (narrativa) (ANKERSMIT, 2012, p. 282-283). E seriam “Essas entidades diacrônicas narrativistas [...] a condição transcendental para mover-se da autoexperiência para (a possibilidade de) autoconhecimento (que é diferente de conhecimento do eu)” (ANKERSMIT, 2012, p. 283).

Relacionando o que foi visto sobre a narrativa como condição para o autoconhecimento com a noção de narrativa enquanto escrita da história, Ankersmit sugere que se reconheça a proximidade da distinção de Strawson entre o eu episódico (o eu que experiencia o mundo sempre no presente) e o eu diacrônico (o eu que toma conhecimento de si narrativamente) com a diferenciação feita por Arthur Danto entre declarações de verdade singular e sentenças narrativas.

De acordo com as ideias de Danto, o trabalho de uma sentença narrativa seria unir num todo dois acontecimentos separados pelo tempo. Conforme o exemplo dado pelo próprio autor, “Newton nasceu em Woollethorpe no Natal de 1642”, poderia ser classificada como uma declaração de verdade singular e “o autor de *Principia Mathematica* nasceu em Woollethrope no Natal de 1642”, poderia ser classificada como uma sentença narrativa, unindo assim as declarações a respeito do nascimento de Newton e da publicação de uma de suas obras.

Danto ainda nos recorda que tal sentença narrativa só poderia ser pronunciada após 1678, ou seja, apenas após a publicação de *Principia Mathematica*. E esse detalhe é justamente o que demonstra o senso histórico presente em uma sentença narrativa, pois não apenas as sentenças narrativas, como o conhecimento histórico de maneira geral, só pode ser construído após a consumação dos fatos presentes na narrativa (ANKERSMIT, 2012, p. 284). Uma sentença narrativa construída no presente é sempre composta por declarações de verdade singular que já ocorreram no passado, ainda que não seja composta apenas por essas declarações e esse tipo de verdade.

As aproximações entre as noções de Strawson e de Danto apresentadas acima, mais especificamente entre as noções do eu diacrônico e da sentença narrativa, permitem dizer que a narrativa histórica é capaz de produzir entidades mentais (retomando a primeira distinção de

Strawson sobre a experimentação de si), e essas entidades mentais podem ser caracterizadas como coisas narrativistas, ou seja, pertencentes exclusivamente à linguagem narrativa (ANKERSMIT, 2012, p. 285). Por exemplo,

Ao contrário de personalidades como Petrarch, Luís XIV ou Napoleão, o Renascimento pertence à categoria das “coisas” [...] que somente emergem, e que podem somente ser discutidas de forma significativa em *narrativas* sobre o passado. Elas são exclusivamente coisas *narrativistas*, por assim dizer (ANKERSMIT, 2012, p. 286, grifos do autor).

Diferentemente dos seres humanos que não dependem da linguagem para obter unidade e continuidade, noções particularmente históricas como Idade Média, Renascimento e Revolução Francesa têm sua unidade e continuidade construídas pela linguagem narrativa (ANKERSMIT, 2012, p. 286).

Portanto, se Ankersmit viu no ensaio de Strawson a possibilidade de a narrativa funcionar como meio de obtenção de autoconhecimento, na concepção de narrativa histórica de Danto ele encontrou “a condição transcendental da possibilidade de ter conhecimento de ‘coisas’ tipicamente históricas, tais como ‘a Idade Média’, ‘a Revolução francesa’, ou a ‘Renascença’”. Apenas graças à narrativa essas ‘coisas narrativistas’ vieram a existir” (ANKERSMIT, 2012, p. 287).

2. História, narrativa e representação

Como comentado anteriormente, é um interesse explícito de Ankersmit pensar categorias que ultrapassem o domínio da narrativa sobre o conhecimento histórico e que tornem possível uma conexão com o real. Devido a isso, essa seção trata do caminho da narrativa à ideia de representação.

Em primeiro lugar, porque essa noção não está contaminada com tudo o que os narrativistas associam com a narrativa; e, em segundo lugar, porque a noção sugere fortemente o que é representado: se você tem representações também deve haver algo que é representado por elas. Deste modo, você pode corrigir o distanciamento entre linguagem/realidade, tão característico da teoria narrativista (ANKERSMIT, 2012, p. 321).

Mas o que seria uma representação histórica e de que forma a representação seria capaz de conjugar a narrativa e a realidade num mesmo entendimento sobre o processo de constituição do conhecimento histórico?

2.1. Do conceito de verdade para a história

Ankersmit argumenta que parte dos problemas envolvendo o entendimento da representação histórica se dá devido a equívocos conceituais que acabam diluindo uma

compreensão mais clara sobre o conceito de representação e sobre o papel dela no funcionamento do conhecimento histórico. Uma primeira confusão que proporciona certas distorções e mal-entendidos sobre o lugar da representação dentro do conhecimento histórico ocorre em torno do conceito de verdade e de sua aplicação dentro da teoria da história.

De acordo com o filósofo da história holandês, a partir da virada linguística e de suas contribuições às humanidades, a noção de verdade teria ganhado novos sentidos e maneiras de ser aplicada. Uma das funções da verdade pós virada linguística, seria, precisamente, dar legitimidade à realidade linguística e não apenas à realidade empírica enquanto produtora de um tipo de verdade.

[...] o que acreditamos ser verdade pode, pelo menos, às vezes, ser interpretada como uma declaração sobre a realidade e como uma declaração do significado da linguagem e das palavras que nela usamos. Assim, a linguagem pode ser uma produtora de verdade não menor do que a realidade (ANKERSMIT, 2012, p. 67).

Ankersmit sugere que, a partir das discussões propiciadas pela virada linguística, o embate sobre a verdade na história passou a considerar tipos de verdade, dado que

[...] de qualquer ângulo que escolhermos para observar a Virada Lingüística, ela jamais poderá ser interpretada como um ataque à verdade, ou como uma licença ao relativismo, pois não questiona a verdade em nenhum sentido, apenas o critério empirista de distinção entre verdade empírica e analítica (ANKERSMIT, 2012, p. 72).

A existência desses dois tipos de verdade, uma empírica e outra analítica, pode ser elucidada pela seguinte passagem:

Pense em um estudo da Renascença ou do Iluminismo. Então, assim como no caso da lei de Newton, alguém pode dizer pelo menos duas coisas sobre tal estudo. Em primeiro lugar, poderia ser argumentado que uma investigação histórica da parte relevante do passado é a base *empírica* para a visão específica sobre a Renascença ou o Iluminismo. Mas poder-se-ia dizer, igualmente, que tal estudo nos presenteia com uma definição – ou com uma proposta de definição – da Renascença ou do Iluminismo. Outros historiadores escreveram outros livros a respeito da Renascença ou do Iluminismo e associaram-nos com uma série de aspectos diferentes da parte relevante do passado – e esta é a razão pela qual eles vieram com uma *definição* diferente da Renascença e do Iluminismo. E se é dessa forma que eles decidiram defini-los, então tudo o que eles vinham dizendo a respeito deve ser (analiticamente) verdade, desde que o que foi dito puder ser analiticamente derivado do significado dado aos termos Renascença ou Iluminismo. Será, assim, uma verdade conceitual, tal como a lei de Newton pode ser interpretada como uma verdade conceitual (ANKERSMIT, 2012, p. 68, grifos do autor).

Ou seja, o autor tenta demonstrar que, tanto na física quanto na história, recorrer apenas a uma verdade empírica provocaria uma simplificação de nosso entendimento a respeito destes conhecimentos, negligenciando uma verdade que também pode ser formada e discutida pela linguagem. Para além disso, ele manifesta uma compreensão do conhecimento histórico que agrega

as duas dimensões, a empírica e a linguística, e não se apresenta apenas como uma noção sucessora que sirva como uma “substituta mais moderna” à compreensão empírica da história.

Ankersmit ainda salienta que, propor uma distinção aplicável à historiografia entre verdades empírica e analítica

[...] não implica que não possamos dar bons (ou pobres) argumentos em favor de nossa visão sobre a lei de Newton ou de uma conceituação específica sobre Renascença ou Iluminismo. O debate histórico é uma prova suficiente do fato de que existem critérios racionais, além do critério da verdade, aos quais podemos apelar à medida que nos movemos para este nível (ANKERSMIT, 2012, p. 71-72).

O empenho do autor em refletir sobre os usos da ideia de verdade na teoria da história busca, justamente, evidenciar que recorrer à categoria do “verdadeiro ou falso” na discussão historiográfica é uma tentativa improdutiva. A historiografia trata, justamente, de analisar

[...] quais verdades são mais úteis para se entender a natureza do período em questão do que outras. Semelhantemente, não podemos utilizar a verdade como sendo o critério pelo qual nos vemos habilitados a determinar se devemos definir o ser humano como um bípede com pernas ou como criatura dotada de razão – e perceber qual das duas definições é a mais útil dependerá de em qual tipo de conversação sobre a natureza humana desejamos nos engajar (ANKERSMIT, 2012, p. 75).

Ankersmit demonstra em seus escritos, para além do interesse com relação à verdade analítica do texto histórico, preocupação com o caráter inovador da historiografia.

A persistência em caracterizar a verdade como elemento fraco e de pouco valor na análise historiográfica, corrobora com sua disposição em defender uma historiografia que, acima de tudo, busque tornar o passado significativo e não um mero aglomerado de declarações verdadeiras de pouco interesse.

Como ele comenta:

É bem possível que o historiador que propõe uma visão pobre da Renascença nunca peque contra o mandamento de dizer a verdade e nada além da verdade. E pode até ser que as verdades por ele desveladas nunca tenham sido notadas antes – e ainda assim seus colegas podem desprezar seu trabalho como algo que não adicionou nada de significativo em nossa compreensão do passado. Em nosso itinerário pelo passado, a verdade pode sempre ser nossa companheira, mas nunca nossa guia – pela simples razão de que ela jamais *poderia* ser nossa guia; nem sequer no campo das ciências (ANKERSMIT, 2012, p. 108, grifo do autor).

As colocações do autor certamente podem ser submetidas a críticas e o demasiado intento em desqualificar uma concepção tradicional de verdade também pode ser interpretada como uma possível abertura a relativizações e ao emprego do conceito de verdade em contextos específicos, nos quais “os tipos de verdade” se tornam inumeráveis e cada indivíduo passa a defender uma verdade segundo uma perspectiva muito restrita. O que remeteria também a uma provável falta de

preocupação do autor com relação a recepção de sua obra e aos usos (e abusos) políticos de seus textos.

Todavia, Ankersmit deixa claro que suas proposições de modo algum são um ataque ao nível da pesquisa histórica:

Meu interesse no narrativismo (não me aventurarei a falar por Hayden White) não tem nada, seja lá o que for, a ver com desprezo para com a pesquisa histórica, ou seja, com o processo de coletar informações factuais sobre o passado (para serem expressas em descrições verdadeiras), com explicações causais em um nível elementar, e assim por diante. Pelo contrário, eu estou profundamente impressionado com as realizações quase inacreditáveis de arqueólogos, filólogos e historiadores da ciência e pela forma como eles têm ampliado nosso conhecimento sobre o passado de tal maneira que as gerações anteriores teriam acreditado ser totalmente impensável [...] (ANKERSMIT, 2012, p. 94).

E como o autor coloca ao comentar as críticas de Carlo Ginzburg aos autores narrativistas, “Todo mundo pode ser justamente criticado por não discutir o que eles não discutem (embora seguindo esta estratégia possa-se facilmente tornar o debate intelectual em um mais tedioso e improdutivo *dialogue des sourds*)” (2012. p. 91, grifo do autor). Logo, criticar a obra de Ankersmit por não evidenciar o trabalho do historiador com as fontes, seria cobrar uma posição do autor sobre um tema que nunca foi foco direto de sua análise e, por isso, não foi discutido.

A relação entre historiografia e fontes é apenas um dos enfoques que podem ser abordados dentro das discussões realizadas na teoria e filosofia da história. O objeto ao qual se dedica Ankersmit é a historiografia e seu caráter narrativo e representativo. Ambos, historiografia (escrita da história) e fontes (objeto do mundo que remete ao passado), podem ser cruzados em um trabalho analítico; todavia a abordagem de apenas um não reflete necessariamente a negação do outro.

2.2. Descrição e representação

Todo o argumento do autor a respeito da verdade empírica e analítica na história foi exposto uma vez que, para ele, essa discussão pode ser simplificada através da distinção entre os conceitos de descrição e representação (ANKERSMIT, 2012, p. 76). Nessa distinção, a verdade empírica estaria próxima do que se compreende por descrição, enquanto a verdade analítica estaria mais perto da noção de representação. Entretanto, as noções de descrição e representação também enfrentam certa confusão e, em alguns casos, uma convergência conceitual que dificulta suas definições.

Amparado nos termos do filósofo norte-americano, Willard van Orman Quine (1908-2000), Ankersmit propõe que se conceba descrição e representação como dois níveis distintos do discurso histórico: a descrição como o nível da fala e a representação como o nível da fala sobre a fala.

Por um lado, o texto histórico contém o nível da “fala” (isto é, o nível no qual o historiador descreve o passado em termos de declarações individuais sobre eventos históricos, assuntos estatais, ligações causais etc.). Por outro, é também composto pelo nível no qual a discussão que toma lugar é sobre que porção da linguagem (isto é, qual texto histórico) melhor representa ou corresponde a tal parte da realidade passada. Este é o nível da “fala sobre a fala”, em que podemos, por exemplo, indagar a nós mesmos qual melhor definição se tem dado ao conceito de “Renascença”, ou “Revolução”, a fim de chegar a um entendimento ótimo de certa parte do passado (ANKERSMIT, 2012, p. 79).

Ankersmit busca ilustrar a distinção entre descrição e representação através de uma comparação entre a escrita da história e a pintura:

Pense na pintura de um retrato. Quando um artista pinta um retrato, tendemos a acreditar que a realidade retratada é objetivamente ou intersubjetivamente dada a nós (tal como quando um fotógrafo tira uma foto do gato preto). A pessoa que está sentada (modelo) oferece ao pintor uma presença física, e pode parecer que não pode haver desacordo sobre sua natureza exata. O modelo pode parecer o mesmo para qualquer pintor, ou para qualquer pessoa que lhe esteja olhando cuidadosamente. Mas observe, em seguida, que, se uma pessoa for pintada por diferentes pintores, ter-se-á como resultado tantas pinturas ou representações diferentes quantos pintores. Nossa reação inicial a este estado de coisas será a de que algumas pinturas são mais precisas e com uma abordagem mais minuciosa que outras. Uma intuição, aliás, que pode mais contraintuitivamente conferir à fotografia a honra de ser o último marco de excelência artística – que já serve como advertência acerca da conclusão a seguir. Sabemos bem que não julgamos retratos (exclusivamente) com base em sua precisão fotográfica. Um bom retrato deveria, antes de tudo, dar-nos a personalidade da pessoa representada (ANKERSMIT, 2012, p. 80-81).

Segundo o autor, é justamente esta busca pela “personalidade de um tempo” que caracteriza a representação histórica como uma tarefa com um caráter muito mais profundo que o da descrição.

[...] Em ambos os casos, tanto no do retrato como no da escrita histórica, deparamo-nos com um movimento de uma superfície (intersubjetiva) para baixo, em camadas cada vez mais profundas da realidade. Nossa apreciação de um retrato pode muito bem iniciar com o critério da precisão fotográfica, mas dali partir-se-á para níveis cada vez mais profundos de avaliação, dando-nos acesso à personalidade do modelo. E quase a mesma coisa é verdadeira acerca da escrita histórica. Enquanto (a soma de) uma descrição, o texto histórico deve ser irrepreensível, esta é a “superfície”, por assim dizer. Mas um texto histórico dando-nos descrições corretas do passado não é suficiente: o texto deve também nos dar a “personalidade” do período (ou um aspecto dela) com o qual lidamos [...] (ANKERSMIT, 2012, p. 81).

Se a descrição pode ser entendida como a camada mais superficial do texto histórico, enquanto a representação trata de explorar as camadas mais profundas deste, elevar as duas noções a um significado comum ou tratá-las praticamente como sinônimos, acarreta, conseqüentemente, outro equívoco: considerar aquilo que se representa (a coisa, assunto ou tema investigado pelo historiador) como um objeto estático que pode ser descrito da mesma maneira por todo e qualquer um, logo, que será sempre representado de um mesmo modo (ANKERSMIT, 2012, p. 82). Fato que colocaria por terra todo o raciocínio do autor, de que a historiografia se consolida enquanto um trabalho dinâmico, de constante reinterpretação e ressignificação.

Essa confusão entre descrição e representação para a qual Ankersmit alerta, é o que o autor nomeia como “ilusão referencial”:

[...] isto é, a crença de que referências são feitas em relação à realidade quando a linguagem é utilizada representativamente. Lembre-se da distinção entre descrição e representação. Resulta que nenhuma referência a coisas individuais no mundo é feita no campo da representação, já que simplesmente não há sujeitos-termos na representação, a referência está fora do jogo. A ‘ilusão referencial’, ao convidar-nos a modelar a representação na descrição verdadeira, faz-nos acreditar no contrário (ANKERSMIT, 2012, p. 214).

Para o autor, o antídoto à ilusão referencial é compreender o papel da representação em um espectro mais amplo e complexo, e tal compreensão exige que se conceba a representação histórica como uma operação de três lugares.

2.3. Os três lugares na representação histórica

De acordo com Ankersmit, a representação é uma operação de três lugares, sendo estes: aquilo que é representado, o mundo do qual o que é representado faz parte e a representação em si.

Novamente usando uma metáfora para ilustrar suas ideias, Ankersmit propõe que se observe a representação artística.

Pense novamente na pintura-retrato. Nossa inclinação natural seria a de equiparar o representado a um objeto identificável e único no mundo, e dizer que, neste caso, o representado é a pessoa que foi pintada pelo artista. Mas, a intuição prova-se equívoca se considerarmos a situação em que temos várias pinturas (representações) de uma mesma pessoa – por exemplo, Napoleão como descrito por David, Baron Gros, Girodet-Trioson, Gillray etc. Essas representações são todas diferentes, e às vezes até de forma drástica (compare o Napoleão de David ao de Gillray), e se as representações são representações de um representado, os representados devem diferir também, na medida em que um representado é aquilo que é representado por uma representação. Isto obriga-nos a abandonar a visão de que o representado deve ser identificado com o modelo que se senta em frente ao pintor. Devemos rejeitar a identidade dos representados com o objeto de referência – e reconhecer que a identidade é uma projeção ilegítima da estrutura do enunciado sobre a representação (ANKERSMIT, 2012, p. 189).

Trocando a terminologia para que a distância entre os três lugares da representação fique mais evidente, o autor sugere que se use o termo “aspecto” ou então, “apresentado”, no lugar de representado.

Assim, então, cada representação arrasta consigo o seu próprio representado ou aspecto – da mesma forma que todos nós somos acompanhados por nossas sombras num dia de sol – e todos esses representados estão indissolivelmente ligados a uma representação específica correspondente a eles – e só a essa. Assim, do ponto de vista lógico, a representação é uma operação de três lugares, e não de duas: uma representação (1) define um representado (2) em termos dos quais o mundo (3) é visto – e devemos evitar a confusão entre (2) e (3). [...] O termo “representado” é estranho e engana, já que se poderia dizer propriamente de ambos, 1) e 3), que são uma representação do representado, enquanto que todo o raciocínio do meu argumento foi justamente que não confundamos 1) e 3). Por conseguinte, vou trocar o termo “representado” por ‘apresentado’. Esta terminologia já

antecipa meu argumento posterior, de que a representação apresenta-nos a certos aspectos da realidade representada, de forma que você pode chamar a atenção de alguém para certas características de algo (ANKERSMIT, 2012, p. 194).

O que Ankersmit parece querer demonstrar é que o recorte, o qual os historiadores normalmente estão acostumados a fazer e estão cientes de sua necessidade, ocorre não só uma, mas duas vezes, quando se trata de representações históricas.

O autor adiciona mais uma camada ao nosso entendimento a respeito da realidade e do conhecimento histórico. Não se trata de reconhecer apenas que a representação fala sobre uma contingência histórica ao invés de uma realidade ou passado “global”. Trata-se, na verdade, de admitir a existência de uma especificidade dentro da própria contingência. De um recorte dentro do próprio recorte.

Sendo assim, a representação não fala simplesmente sobre um aspecto do mundo, ou, no caso da representação histórica, do passado. Ela é uma visão específica sobre determinado aspecto do mundo. É, de certa forma, como a manifestação de um dos aspectos de um objeto que, por sua vez, é a expressão de algum aspecto do mundo.

A partir de uma abordagem parecida com a do autor e destrinchando suas próprias palavras presentes na última citação, sugiro o seguinte: quando o autor conclui, “[...] a representação apresenta-nos a certos aspectos da realidade representada [...]” (2012, p. 194), poder-se-ia ler: a representação apresenta-nos a certos aspectos (1 – os aspectos apresentados do objeto representado) da realidade (2 – o mundo ao qual o objeto representado pertence) representada (3 – a representação que, normalmente, se entende como diretamente de algo do mundo, mas, na verdade, é de um aspecto do objeto representado que faz parte desse mundo).

Para dar outro exemplo que fuja de uma comparação artística ou de uma análise estritamente terminológica, pensemos a teoria da representação de Ankersmit de acordo com um exemplo histórico mais claro e direto: A Revolução Francesa.

Nenhum historiador hesitaria em admitir que um trabalho historiográfico a respeito da Revolução Francesa fala sobre uma parte específica da história da França. O que Ankersmit tenta mostrar é que se forem considerados inúmeros trabalhos sobre a Revolução Francesa, se obterá, por sua vez, inúmeros aspectos distintos que se busca apresentar em cada uma dessas representações sobre a Revolução. É por isso que podem ser realizados trabalhos que abordam a Revolução Francesa sob a perspectiva dos intelectuais da época, de Luís XVI, da burguesia, dos camponeses ou através de inúmeras outras perspectivas.

Logo, se a Revolução Francesa é **uma parte** do passado, os aspectos apresentados em determinada representação sobre ela também são apenas **uma parte** do que foi a revolução. Isso não quer dizer que existiram várias Revoluções Francesas, mas que cada historiador opta por trabalhar com um determinado enfoque sobre um fenômeno histórico, que por sua vez é um fenômeno dentre outros do passado; assim se tem os três lugares da representação histórica: o passado, o aspecto da Revolução Francesa trabalhado pelo historiador e a representação que ele faz com base nesse aspecto.

O argumento anterior evidencia também outros dois pontos mencionados anteriormente a respeito das teorias de Ankersmit.

Em primeiro lugar, como comentado na primeira seção desse artigo, uma análise historiográfica significativa ocorre quando uma narrativa histórica propõe determinada visão de como um aspecto do passado poderia ser visto, e essa proposta, por sua vez, é analisada de acordo com outras propostas a respeito do fenômeno histórico em questão, podendo ser estas propostas baseadas no mesmo ou em outro aspecto desse fenômeno. Ou seja, uma representação histórica (que seria a função desempenhada pela narrativa do historiador no seu todo) sobre a Revolução Francesa é elaborada, num primeiro momento, com base em um aspecto específico da Revolução que se busca representar; todavia, a consolidação dessa representação no campo historiográfico depende de um trabalho analítico que possivelmente irá comparar essa representação da Revolução Francesa com outras e concluirá, por conseguinte, se esta representação pode ser útil ou não para o tipo de representação que se pretende.

O segundo aspecto, mencionado no início desta seção, diz respeito a ineficácia do critério da verdade para os debates a respeito da representação, pois, como tentou-se expor, na maioria das vezes o debate gira em torno de qual representação apresenta aspectos mais significativos sobre o fenômeno histórico e o tipo de análise que se pretende realizar, e não de qual representação está mais próxima da verdade ou é mais verdadeira.

O que não quer dizer que tal distinção não possa ser feita. Obviamente, uma pesquisa histórica pode se mostrar “enganosa” ou realizada com “má-fé” se comparada com outra que tenha assumido um compromisso com a verdade e seja fiel ao conteúdo das fontes. Contudo, quando se trata da obra de Ankersmit, pode-se dizer que autor toma esse problema como superado ou menos relevante e dirige-se ao historiador que, antes de qualquer coisa, já assumiu uma postura ética desde o início de sua pesquisa e no trabalho com as fontes.

Como argumenta Ankersmit no trecho a seguir, a representação pode ser concebida como um ir além da verdade:

*A representação é um preparado mais forte que a verdade. A representação contém a verdade – pense nas afirmações contidas por uma representação histórica –, não está *contra*, mas *além* da verdade. A representação contém a verdade, mas também pode *fazer* algo com ela. Por exemplo, enquanto nunca podemos passar da verdade à ação, do é ao deve ser (Hume, Kant), a representação pode brindar-nos com uma perspectiva sobre o mundo convidando-nos a certo tipo de ação. A representação é o ‘elo perdido’ entre o é e o que deveria ser, levamos à criatividade e ao uso retórico da linguagem, nos quais a linguagem pode comover-nos e ser uma fonte de alegria ou tristeza (ANKERSMIT, 2012. p. 223, grifos do autor).*

À representação cabe, então, a função de assimilar as verdades empíricas, descritivas, do trabalho do historiador, junto a dimensão criativa da escrita da história que se manifesta na prática do trabalho historiográfico e no uso da linguagem, e resulta por último, na produção do conhecimento histórico.

3. Considerações finais

A filosofia da história de Ankersmit busca distanciar-se de uma concepção científica da história, assim como da perspectiva exclusivamente literária, e propõe, no lugar destas, uma reaproximação entre história e filosofia. O interesse do autor é demonstrar como a epistemologia que se desenvolveu a partir da filosofia da linguagem, pode ser mais bem-sucedida ao lidar com o papel da narrativa na construção do conhecimento histórico. Preocupado igualmente com a contingência histórica, Ankersmit defende que não cabe à história produzir conhecimento, mas organizá-lo, uma vez que a narrativa se apresenta como a seleção de quais declarações singulares podem formular melhor uma proposta narrativa de como se conceber o passado.

Com relação à análise destas propostas narrativas, diferentemente de abordagens exclusivamente linguísticas, que prezam por uma análise interna do texto, a teoria de Ankersmit considera necessário conceber o texto histórico como um todo, devendo ser analisado externamente em comparação com outras propostas narrativas.

O raciocínio desenvolvido pelo autor sobre as propostas narrativas torna-se o ponto essencial para se entender a transição da narrativa apenas como texto para o entendimento da narrativa como um elemento da realidade. Lembra-se aqui do esquema utilizado pelo autor e apresentado na primeira seção do artigo:

I. Propostas narrativas	II. Linguagem
	III. Realidade

(ANKERSMIT, 2012, p. 54)

Esse esquema foi elaborado por Ankersmit, para realocar a narrativa num terceiro lugar, situando-a entre a realidade e a linguagem. Retoma-se também que antes de propor o esquema acima, apresentou-se o raciocínio do autor, no qual ele define a narrativa histórica como uma “coisa”. O termo coisa pode ser substituído por objeto, ente, ou ainda, por um sinônimo de um elemento que faça parte do inventário do real. Sendo assim, o esquema do autor também pode ser apresentado da seguinte forma:

Linguagem → Propostas narrativas ← Realidade

Ao reproduzir o esquema dessa forma, duas coisas podem ser notadas. Em primeiro lugar, a tese defendida pelo autor de que as propostas narrativas funcionam como um ponto médio entre a linguagem e a realidade. Em seguida, que esse ponto convergente entre o que é linguagem e o que é realidade carrega elementos de ambos os lados, ou seja, a narrativa não deixa de usar a linguagem, assim como não deixa de participar do real. Contudo, poder-se-ia indagar: quem discordará de que a narrativa está mais próxima do domínio da linguagem do que do domínio do real? E para responder essa pergunta é necessário retomar outros argumentos do autor.

Primeiramente, retoma-se o exemplo usado sobre o conceito de Guerra Fria.

[...] a expressão *guerra fria* refere-se, assim, à certa interpretação da história política desde, digamos, 1944 a 1960 (cá estou eu ignorando as diferenças entre as interpretações individuais propostas por historiadores do período). Embora a referência seja feita ao passado, nas declarações contidas em tal interpretação narrativa, a expressão a *guerra fria* se remete a tal interpretação e não ao passado em si mesmo. Ademais, suponhamos que por um longo tempo todos os historiadores estiveram de acordo que esta proposta de como o passado deveria ser visto é razoável. Em tal situação, a questão de se realmente houve ou não uma Guerra Fria terá se tornado igualmente boba, tal como a questão de se realmente houve um indivíduo chamado Harry Truman que foi presidente dos Estados Unidos. Uma proposta universalmente acordada foi engessada em um fenômeno histórico o qual é parte do passado em si mesmo (ANKERSMIT, 2012, p. 54-55, grifos do autor).

Alguém duvidaria que a Guerra Fria de fato ocorreu, logo, que faz parte do inventário da realidade passada? Por outro lado, como não reconhecer a Guerra Fria enquanto uma proposta narrativa? Ou seja, como negar que os estudos e definições em torno do termo, Guerra Fria, não se tratam de um convite de como linguagem e realidade podem ser conectadas? Nesse ponto outro argumento que deve ser revisitado é a capacidade da narrativa histórica de produzir coisas especificamente narrativistas.

A partir da análise dos trabalhos de Galen Strawson e Arthur Danto, Ankersmit concluiu que nosso inventário do real é muito mais complexo do que a separação tradicional entre mundo físico e mundo das ideias nos leva a crer. Dentro do que se entende por realidade, a realidade imaterial tem tanto valor quanto a material, pois se assim não fosse, restaria a categoria do real apenas os objetos e corpos físicos.

Discussões e formulações como Guerra Fria, Idade Média, Revolução Francesa e Renascimento são a prova de que a narrativa histórica é a possibilidade de existência dessas “coisas”, e que ela é capaz de produzir um conhecimento que também se insere no real, e não se restringe apenas a discussões textuais.

A exposição realizada na segunda seção, sobre a teoria da representação elaborada por Ankersmit, coaduna com a interpretação do autor a respeito da narrativa historiográfica.

Ankersmit deixa claro que o trabalho historiográfico necessita de descrições; descrições essas que só podem ser feitas através do manuseio das fontes e dos documentos. Entretanto, segundo o autor, a atividade representacional vai muito além da descrição. A descrição funciona como uma garantia da verdade empírica do conhecimento histórico. Por outro lado, é a representação que possibilita a discussão analítica a respeito de como o passado pode ser visto.

Considerar outros trabalhos que foram produzidos sobre um mesmo tema, apresenta-se ao historiador como uma tarefa analítica em torno do passado estudado, o que não deixa de ser uma busca pela verdade desse passado, ainda que se busque nisso uma verdade conceitual. Logo, embora a descrição seja parte fundamental do trabalho histórico, é a representação efetuada pela narrativa histórica que possibilitará uma análise comparativa entre esta representação e outras.

A representação atua, então, a partir de uma proposta narrativa. É a confecção de uma narrativa histórica que possibilita e propõe como uma parte do passado pode ser vista, sendo assim, narrativa e representação caminham juntas. Cabe à narrativa histórica organizar o conhecimento e propor, dessa forma, uma visão de como o passado poderia ser representado; de como a linguagem poderia ser conectada à realidade nessa situação específica.

Por fim, a hipótese de Ankersmit sobre a representação como uma operação de três lugares, reafirma sua preocupação em demonstrar a relação entre historiografia e passado, como uma relação mais complexa do que aparenta num primeiro olhar.

Se, como foi visto, a narrativa não deve ser confundida simplesmente como um tipo de linguagem, mas compreendida enquanto um elemento do real que usa a linguagem, a

representação também não deve ser concebida como um reflexo do que se tenta representar, e sim como uma operação composta por três lugares.

A divisão entre: representação, aspecto representado e mundo que se pretende representar demonstra, mais uma vez, que o entendimento acerca do real e do que é a realidade histórica deve evitar distinções binárias. As coisas narrativistas são a prova de que a narrativa se refere ao real, tanto quanto o aspecto representado é a garantia do passado que se busca representar.

A narrativa, encarregada de seu papel representacional, assegura sua capacidade não somente de conectar a linguagem ao mundo, mas de elaborar um tipo de conhecimento que fala significativamente sobre aspectos do passado.

REFERÊNCIAS

- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Eduel, 2012.
- _____. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 2, n. 2, p. 113-136, 2001.
- _____. Resposta a Zagorin. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 2, n. 2, p. 153-174, 2001.
- BARROS, José D'Assunção. A historiografia pós-moderna. **Ler História**, n. 61, p. 147-167, 2011.
- BERBERT JR, Carlos Oiti. Teoria da História e Filosofia da História: uma análise das relações entre a epistemologia, a metodologia e o pensamento especulativo. **Dimensões**, n. 24, 2010.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: **A escrita da história**. Unesp, 1992.
- DOS SANTOS, Alfredo Oliva; MENEZES, Jonathan A trajetória intelectual de Frank Ankersmit **Antíteses**, vol. 6, núm. 12, junio-diciembre, p. 468-488, 2013.
- GARCHET, Helena Maria Bomeny. Teoria literária e escrita da história de Hayden White. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1991.
- HARTOG, François. A arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (orgs.) **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. A volta da narrativa. In: **Sobre história**. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- MALERBA, Jurandir. **História e narrativa: A ciência e a arte da escrita histórica**. Editora Vozes Limitada, 2016.
- _____. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 17, n. 33, p. 399-418, 2016.
- RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP, IFCH, 2000.
- STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**, v. 2, n. 3, p. 13-37, 1991.
- VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem medo da teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura**. Edusp, 1994.

ZAGORIN, Perez. Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 2, n. 2, p. 137-152, 2001.